



SAÚDE LGBTQIA+ E ENSINO MÉDICO: NECESSIDADES E DEVERES DAS ESCOLAS MÉDICAS

HERBERT PAULINO CORDEIRO; CLEA NAZARÉ CARNEIRO BICHARA

RESUMO

Introdução: A população LGBTQIA+, em decorrência da vulnerabilidade, em seus mais diversos níveis, apresenta visíveis iniquidades no acesso à saúde, em comparação a outros grupos populacionais. Desta forma, a formação do futuro médico deve ser questionada por todos os envolvidos nesse processo, docentes, discentes e gestores das escolas médicas. A estratégia para a abordagem e o processo de ensino-aprendizagem sobre o tema “saúde das minorias sexuais” pelos professores de escolas médicas está ocorrendo de maneira correta e com isenção de preconceitos, sejam eles políticos e/ou religiosos, frente a população em questão? **Objetivos:** Realizar uma revisão narrativa acerca da maneira a qual a saúde das minorias sexuais está sendo abordada na graduação médica. **Metodologia:** O presente artigo apresenta uma revisão narrativa sobre a abordagem do tema “saúde das minorias sexuais” na educação médica e suas fragilidades e necessidades, com base em pesquisa documental nas principais bases de dados (Pubmed e Google acadêmico). **Resultados:** Após a seleção e leitura dos artigos, observou-se que, dentre os mais diversos fatores que podem interferir neste delicado tema, o papel do docente / preceptor no processo de ensino e aprendizagem para a aquisição de competências no contexto da saúde LGBTQIA+ é de importância única e fundamental na formação do futuro profissional de saúde que deverá ser um médico crítico e reflexivo frente as competências a serem adquiridas para a adequada assistência a esta população. **Conclusão:** Assim, em virtude de atualmente, a grande maioria dos docentes da graduação médica terem obtido sua formação baseada na heterocisnormatividade, é de importância ímpar, formar e capacitar os professores para estimular e compartilhar o conhecimento e necessidades sobre as demandas em saúde exigidas pela população LGBTQIA+.

Palavras-chave: LGBTQIA+, Educação em saúde, Faculdade de medicina, Ensino-aprendizagem, vulnerabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A população LGBTQIA+, em suas diversas vertentes de vulnerabilidade social, econômica e cultural, sofre diariamente em sua restrita acessibilidade a cuidados de saúde adequados, levando à desigualdade em relação a outros grupos populacionais. Nesse aspecto, questiona-se a formação do profissional de saúde e, principalmente, como o ensino e aprendizagem sobre cuidados em saúde para a população LGBTQIA+ está alcançando estes e se os professores que formadores do profissional de saúde do futuro se apresentam com competências para o ensino de tal tema.

De acordo com os princípios básicos do SUS, todos os cidadãos devem ter acesso à saúde com base na Universalidade, Equidade e Integralidade, representadas respectivamente pelo direito à saúde ou ações para tal, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras

características sociais, e todos devem ter acesso “desigual” a partir de suas demandas individuais e complementado com a integração de ações voltadas para a saúde considerando a pessoa como um todo. (SANTOS, 2018; SILVA; SILVA, 2020)

Aos princípios básicos do SUS somam-se os princípios de Yogyakarta, documento voltado aos direitos humanos relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero. Este documento rege, entre muitos outros princípios, o direito à saúde e proteção contra abuso médico. (THE YOGYAKARTA, 2017)

Por ser um tema tão importante na atualidade, esta revisão visa abordar o ensino de saúde de minorias sexuais nas escolas médicas, visando maior conhecimento sobre a formação de novos profissionais de saúde.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma revisão narrativa por meio de pesquisa documental nas principais bases de dados (Pubmed e Google acadêmico) utilizando como forma de busca os seguintes descritores: “Minorias sexuais e de gênero”, “escolas médicas” e “educação em saúde” no mês de julho de 2022.

Foram incluídos artigos publicados nos últimos cinco anos em qualquer idioma e que foram elaborados com todas as metodologias (quantitativas e qualitativas), incluindo estudos observacionais, intervencionistas e revisões.

Foram excluídos estudos que não investigaram a educação em saúde para minorias sexuais em instituições de ensino superior médico e estudos que não estavam disponíveis na íntegra.

Após esta busca, foi realizada uma extensa leitura dos artigos encontrados pelos autores para realizar esta revisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atenção à saúde prestada de forma adequada, por profissionais capacitados e direcionados às necessidades individuais, tem se mostrado fundamental para que pessoas consideradas marginalizadas por sua identidade sexual e de gênero não enfrentem os riscos específicos de saúde a que estão vulneráveis (MUNTINGA, 2020)). Assim, afirma-se que a população LGBTQIA+ em sua vulnerabilidade, seja ela econômica, social ou cultural, supera as atitudes individuais da pessoa, suplantando o conceito do biológico e fazendo com que esse grupo populacional tenha alto estigma e marginalização e consequentemente maior risco a sua saúde. (CARMO; GUIZARDI, 2018; RAIMOND, 2017)

Diante disso, é inegável a preocupação com a melhor formação dos profissionais de saúde para melhor atender a população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersex, assexuais, além de outras identidades), pois estes ainda enfrentam grandes desafios e barreiras ao acesso à atenção à saúde adequada e ampla, corroborada pelo fato de haver pouca oportunidade de aprendizagem voltada para o atendimento à população LGBTQIA+. (BRAUN; RAMIREZ; ZAHNER; GILLIS-BUCK; SHERIFF; FERRONE, 2017)

Tal formação atualmente ainda é pautada em um modelo heteronormativo causando consequente insegurança do aluno e do profissional de saúde no atendimento prestado à população LGBTQIA+. (VAL; MESQUITA; ROCHA; CANO-PRAIS; RIBEIRO, 2019)

Ainda sobre a forma como o assunto é abordado nos cursos de graduação da saúde, DeVita et al. 2018 afirmou que nas escolas médicas americanas a abordagem da temática LGBTQIA+ na saúde não é adequada, proporcionando aos alunos um despreparo no atendimento às demandas de saúde dessa população, fato que ocorreu mesmo após a orientação, realizada em 2014 pela Association of American Faculdades de Medicina, de que os alunos de

medicina recebam treinamento sobre saúde e suas peculiaridades na população LGBTQIA+. (HOLLENBACH, 2014)

Bonvicini relata em seu estudo que apesar de um aumento significativo no número de publicações peer-reviewed sobre a saúde da população LGBTQIA+, mostrando a necessidade e a importância do ensino desse tema, há uma clara deficiência na formação de competências para profissionais de saúde visando a assistência à saúde. (BONVICINI, 2017)

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina dispõem em seu Artigo 5º que “..... o graduando será capacitado a considerar sempre as dimensões biológica, subjetiva, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual... ..” (BRASIL, 2014). Porém, ainda que as DCNs orientem tal formação, observa-se que os professores e por vezes os Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs) tendem a direcionar o ensino da sexualidade pautado apenas no orgânico e patológico e ainda de forma não padronizada (RUFINO; MADEIRO; GIRÃO, 2014) levando a uma formação fragmentada e inviável para um melhor atendimento médico à população LGBTQIA+ e destacando a importância da introdução de novos currículos que incorporem o ensino da saúde LGBTQIA+. (SANCHEZ; SOUTHGATE; ROGERS; DUVIVIER, 2017)

Ressalta-se, nesse contexto, que não basta apenas comprovar a necessidade de profissionais de saúde com competências reconhecidas para a prestação de cuidados de saúde oferecidos à população LGBTQIA+, mas também é fundamental que o desejo do corpo docente das Universidades de trabalhar no desenvolvimento de programas e políticas voltadas ao público LGBTQIA+ com o objetivo de disponibilizar profissionais de saúde mais competentes para prestar assistência à saúde dessa população. (KHALILI; LEUNG; DIAMANT, 2015)

A importância e necessidade de uma melhor formação médica no desenvolvimento de habilidades para o cuidado à saúde da população LGBTQIA+ foi corroborada na pesquisa de Alpert, Cichoskikelly e Fox (2017) que concluiu, por meio de um levantamento das experiências de pessoas LGBTQIA+ sobre o que a o médico deve saber e fazer para oferecer um melhor atendimento, a necessidade de intervenções educativas para um atendimento mais confortável por parte dos profissionais de saúde, além de possuir conhecimento suficiente para tal.

Dentro desse cenário em que é de extrema importância que o professor se aproprie de conhecimentos sólidos para a formação de profissionais de saúde com competências reconhecidas no atendimento à população LGBTQIA+.

A população LGBTQIA+ vem sofrendo preconceito e violência há muito tempo, inclusive sendo considerada como portadora de doença mental. Ao longo dos anos, a luta pela igualdade de direitos levou à criação de políticas públicas com o objetivo de oferecer atendimento adequado e específico. No entanto, percebe-se que grande parte do atendimento não humanizado se deve ao desconhecimento e resistência às questões de orientação sexual, o que representa uma lacuna curricular nas faculdades de medicina e demais áreas da saúde. É fundamental, portanto, que haja formação adequada para a educação em saúde, conforme determina as DCN de Medicina de 2014. (MORAIS, 2020)

É importante perceber que os usuários e alunos que se identificam como LGBTQIA+ sentem-se ouvidos ao terem essa abordagem específica às particularidades da população LGBTQIA+ durante sua formação.

Aspectos como situações de vulnerabilidade e trazer uma perspectiva social e política, além da biomédica, são importantes, trazendo conhecimento de definições, o processo transexualizador no SUS, saúde mental, acesso aos serviços de saúde, características orgânicas em pessoas trans, hormonioterapia, trazendo um olhar mais humano. Tão importante quanto aprender seria construir produtos que beneficiem a comunidade, como ferramentas e produtos tecnológicos. A ideia é ampliar o conhecimento sobre a diversidade sexual e conscientizar os alunos sobre o acolhimento adequado da população LGBTQIA+, criando um ambiente de

atendimento inclusivo, com formação multidisciplinar tratando de forma respeitosa as questões abordadas ao longo da vida.

Os Projetos Pedagógicos Curriculares foram analisados por um grande estudo que mostrou que 50% das escolas médicas federais no Brasil abordam questões de gênero e sexualidade com uma abordagem biológica, ao invés de uma abordagem mais integradora (MORAIS, 2020).

A formação ética e crítica com responsabilidade social do profissional médico é abordada nas Diretrizes Curriculares, devendo contemplar as vulnerabilidades da população LGBTQIA+ associada a uma reflexão humanística para superá-las. A comunidade LGBTQIA+ muitas vezes sofre preconceito dentro das próprias universidades.

A OMS aponta que devemos abordar as políticas de igualdade de gênero e promoção dos direitos humanos de forma integral e transversal durante a graduação dos profissionais de saúde, porém, no Brasil observamos que esses temas são tratados de forma fragmentada e não padronizada. (RAIMONDI, 2020)

Segundo estudo de 2014, os alunos afirmam que esses temas são abordados de forma pontual, com abordagem predominantemente biológica, com uma chamada “visibilidade seletiva” devido aos currículos formais, influenciados pelos princípios da heteronormatividade. O currículo das escolas médicas pode deixar de lado esse foco, mas vem apresentando aspectos do ensino que contemplam a população LGBTQIA+ e todas as suas singularidades. (RAIMONDI; MOREIRA; BARROS, 2019)

4 CONCLUSÃO

Apesar de vários trabalhos publicados em periódicos mostrando as tentativas de adequação no ensino e formação do cuidado LGBTQIA+ nos cursos de graduação da saúde tanto no Brasil quanto no exterior, ainda mantém propostas normalmente voltadas para um momento específico de formação e direcionadas apenas ao aluno. Em contrapartida, destaca-se que esse tema deve ser compreendido por todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem e principalmente pelos professores que possuem lacunas importantes no conhecimento desse tema em decorrência de uma formação fortemente pautada na heteronormatividade.

Assim, conclui-se que dentre diversos fatores que podem interferir nessa temática, o papel docente no processo ensino-aprendizagem para aquisição de competências no contexto da saúde LGBTQIA+ é de singular e fundamental importância na formação do futuro crítico e profissional de saúde reflexivo sobre as habilidades necessárias. Portanto, faz-se necessário também capacitar os docentes a fim de estimular o conhecimento sobre as demandas exigidas pela população LGBTQIA+ para sua assistência à saúde, resultando assim na formação de profissionais com preparo legítimo para oferecer um atendimento técnico adequado e humanizado capaz de atender a demanda de atenção à saúde voltada para a população LGBTQIA+ de forma humanizada e com conhecimento das condições biológicas e sociais desse grupo populacional para uma melhor integração ensino, serviço e comunidade com importante mediação do professor e consequentemente pelo fato de que as informações coletadas serão fundamentais para agregar valor ao processo de ensino e aprendizagem, pois a educação é de grande valia na melhoria da equidade em saúde.

REFERÊNCIAS

ALPERT, AB; CICHOSKIKELLY, EM; FOX, Aaron D. (2017). what Lesbian , Gay, Bisexual, Transgender, Queer, and intersex Patients Say Doctors Should Know and Do: a qualitative study. *Journal of Homosexuality*, [SL], v. 64, no. 10, p. 1368-1389. Informa UK

Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00918369.2017.1321376>

BONVICINI, KA LGBT healthcare disparities : what progress have we made ? (2017). patient education and Counseling, [SL], v.100, no. 12, p. 2357-2361. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pec.2017.06.003>

BRAUN, HM; RAMIREZ, D.; ZAHNER, GJ; GILLIS-BUCK, EM; SHERIFF, H.; FERRONE, M. (2017). The LGBTQI health fórum: an innovative interprofessional initiative to support curriculum reform. Medical Education Online, [SL], v. 22, no. 1, p. 1306419. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10872981.2017.1306419>

CARMO, ME; GUIZARDI, FL (2018). The concept of vulnerability and its meanings for public health and social assistance policies. Public Health Notebooks , Rio de Janeiro, v. 34, no. 3, p. 1-14,26. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00101417> . FREIRE, PRN (2003). Letters to Cristina: reflections on my life and my praxis. São Paulo: Publisher of UNESP. 416p.

HOLLENBACH, AD (2014). association Of American Medical Colleges (org.). Implementing Curriculum and institutional climate changes to Improve Health Care for Individuals Who: a resource for medical educators. A Resource for Medical Educators. Available at: <https://store.aamc.org/implementingcurricular-and-institutional-climate-changes-to-improve-health-c>. Access on: 11 Oct. 2021.

KHALILI, J.; LEUNG, LB; DIAMANT, AL (2015). finding the Perfect Doctor : identifying lesbian , gay, bisexual , and transgender?competent physicians . American Journal of Public Health , [SL], v. 105, no. 6, p. 1114-1119. American Public Health Association <http://dx.doi.org/10.2105/ajph.2014.302448>

MORAIS, AC et al. (2020). Teaching in LGBT Health in the Covid-19 Pandemic: Opportunities and Vulnerabilities. Brazilian Journal of Medical Education [online], v. 44, no. Suppl 01 [Accessed 12 October 2021], e157. Available at: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200423>

RAIMONDI, G.; PAULINO, D.; ZAHNHAFT, S. (2017). Bodies That (Do Not) Matter in Medical Practice-Gender and Sexuality in the Medical Curriculum. In: Making Gender International Seminar 11 & 13th Women's Worlds Congress (Electronic Annals). P. 1-9. RAIMONDI, GA et al. 2020. Gender and Sexuality in the Federal Medical Schools in Brazil: an Analysis of the Pedagogical Curriculum Projects. Brazilian Journal of Medical Education [online], v. 44, no. 2 [Accessed 12 October 2021], e045. Available at: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.2-20190050>

RAIMONDI, GA; MOREIRA, C.; BARROS, NF (2019). Genders and sexualities in medical education: between the Hidden curriculum and comprehensive care. Health and Society, [SL], v.28, n. 3, p.198-209. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902019180722>

RUFINO, AC; MADEIRO, A.; GIRÃO, MJBC (2014). Sexuality Education in Brazilian Medical Schools .The Journal Of Sexual Medicine , [SL], v. 11, no. 5, p. 1110-1117. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1111/jsm.12476>

SANCHEZ, AA; SOUTHGATE, E.; ROGERS, G.; DUVIVIER, RJ (2017). Inclusion of Lesbian , Gay, Bisexual , Transgender ,Queer, and Intersex Health in Australian and New Zealand Medical Education . *LgbtHealth* , [SL], v. 4, no. 4, p. 295-303. Mary Ann Liebert Inc. <http://dx.doi.org/10.1089/lgbt.2016.0209>

SANTOS, NR SUS 30 years: the beginning, the journey and the course. (2018). *Science & Public Health* , [SL], v. 23, no. 6, p.1729-1736. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.06092018>

SILVA, LF de A.; SILVA, DA da. (2020). The SUS that we are building: knowledge and performance of different social actors. *Research , Society and Development*, [S. l.], v. 9, no. 3, p. e122932664. DOI: 10.33448/rsd-v9i3.2664. Available at: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2664>. Accessed on: 11 oct . 2021.

THE YOGYAKARTA (2017), principles plus 10: additional principles and state obligations on the application of international human rights law in relation to sexual orientation , gender identity, gender expression and sex characteristics to complemente the Yogyakarta principles . Geneva.

VAL, AC; MESQUITA, LM; ROCHA, VA; CANO-PRAIS, HA; RIBEIRO, GM (2019). “Never told me about it!”: the teaching of sexualities from the perspective of students at a federal medical school. *Brazilian Journal of Medical Education*, [SL], v. 43, no. 11, p. 108-118. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190140>